

Planejamento Estratégico do MPDFT 2010-2020
Desdobramento da Estratégia
Painel de Contribuição - Resultados de 2017

Unidade: Coordenação dos Núcleos de Direitos Humanos

Objetivo Estratégico	Objetivo Tático (objetivo da Unidade)	Plano de ação para 2017	Resultados alcançados	IRF
Cidadania fortalecida	Apoiar o curso "Promotoras Legais Populares do Distrito Federal"	1. Disponibilizar material publicitário e pedagógico para o curso "Promotoras Legais Populares do Distrito Federal".	Material de divulgação e certificados de conclusão disponibilizados. 29 alunas formadas.	1
		2. Articular a implementação o curso "Promotoras Legais Populares do Distrito Federal" em São Sebastião.	Curso implementado. 22 alunas formadas.	1
	Apoiar o projeto "Maria da Penha vai à Escola: educar para prevenir e coibir a violência contra a mulher".	3. Articular a participação das promotorias de justiça nas atividades desenvolvidas no âmbito do projeto.	Iniciativa não realizada.	0
	Viabilizar a oferta de assistência jurídica especializada nos temas relativos à CNDH	4. Capacitar os alunos do curso de direito do IESB para oferecimento de assistência jurídica a vítimas de crimes raciais, conforme o Termo de Cooperação Técnica n. 05/2015 - MPDFT/IESB.	Iniciativa não realizada.	0
		5. Ampliar o objeto do Termo de Cooperação Técnica n. 05/2015 - MPDFT/IESB para incluir assistência jurídica às vítimas de violência doméstica e familiar.	Termo aditivo assinado com o IESB para assistência jurídica às mulheres vítimas de violência doméstica.	1
		6. Celebrar acordos de cooperação com instituições de ensino para oferecer assistência jurídica às vítimas de violência doméstica e familiar.	Termo de Cooperação Técnica n. 23/2017 assinado em 16/08/2017 com o ICESP.	1
		7. Realizar curso de conscientização sobre igualdade racial aos beneficiários da suspensão condicional do processo.	3 cursos realizados ao longo do ano. Total de participantes: 34.	1
		8. Revisar a cartilha "Violência sexual contra crianças e adolescentes: identificação e enfrentamento".	Folder produzido com as principais informações da cartilha. 1000 exemplares distribuídos às promotorias de justiça, aos conselhos tutelares e as demais instituições da rede de atendimento à criança e ao adolescente.	1

**Planejamento Estratégico do MPDFT 2010-2020
Desdobramento da Estratégia
Painel de Contribuição - Resultados de 2017**

	Promover a conscientização da sociedade civil em relação aos temas da CNDH	9. Revisar a cartilha "Direitos e obrigações dos homens no enfrentamento da violência doméstica" e lançar a 3ª edição.	Iniciativa não realizada.	0
		10. Produzir cartilha sobre os direitos da população em situação de rua.	Cartilha elaborada. Lançamento previsto para o 1º semestre de 2018.	1
		11. Lançar documentário sobre a rede de serviços para as mulheres em situação de violência doméstica e familiar.	Documentário sobre o trabalho dos Núcleos de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD), com a participação de quatro promotores de justiça.	1
Criminalidade combatida	Criar protocolo interinstitucional de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica	12. Celebrar termo de cooperação técnica com a PMDF visando à atuação em conjunto nos atendimentos de famílias em contexto de violência doméstica e familiar por meio do PROVID - Policiamento de Prevenção Orientada à Violência Doméstica.	Tratativas realizadas. Minuta do termo de cooperação técnica enviado à PMDF para análise.	1
		13. Fomentar a criação de sistema de informática que permita o compartilhamento das informações relacionadas aos atendimentos às mulheres em situação de violência doméstica pelos diversos integrantes da rede de atendimento.	Reunião realizada com a Secretaria de Tecnologia da Informação. Demanda incluída no Plano Diretor de Tecnologia da Informação.	1
		14. Fomentar a institucionalização de comitês gestores da rede de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher em nível circunscricional.	Iniciativa não realizada.	0
		15. Implementar "dispositivo de socorro" para mulheres sob medida protetiva de urgência, conforme a Lei nº 5.425, de 09 de dezembro de 2014.	Termo de Cooperação Técnica nº 01/2017 celebrado entre MPDFT, TJDF, SSP-DF, SEDESTMIDH e Polícias Civil e Militar. Projeto-piloto em fase de implementação.	1
		16. Elaborar guia para orientar a rede de atendimento quanto ao preenchimento do formulário de avaliação de risco, a fim de garantir intervenções que contribuam para a efetiva proteção da mulher.	Material elaborado. Lançamento previsto para 1º semestre de 2018.	1

Planejamento Estratégico do MPDFT 2010-2020
Desdobramento da Estratégia
Painel de Contribuição - Resultados de 2017

	Promover estratégias de aprimoramento da atuação ministerial	17. Realizar reuniões com os promotores de justiça do júri e os peritos do IML, IC e IPDNA para discutir temas procedimentais relacionados à investigação de feminicídio.	Iniciativa não realizada.	0
		18. Criar banco de dados de peças referentes aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.	Iniciativa não realizada.	0
Crianças e adolescentes protegidos	Fomentar mecanismos procedimentais para evitar a revitimização de crianças e adolescentes vítimas de crimes sexuais	19. Celebrar termo de cooperação técnica com o TJDF para implementar o procedimento de oitiva especial de crianças e adolescentes vítimas de crimes sexuais.	Implementação de projeto-piloto para a construção de um protocolo de encaminhamento dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, a fim de priorizar a produção antecipada de provas.	1
		20. Realizar reunião com os representantes de órgãos públicos, em nível distrital, para discutir as políticas de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes.	Reuniões com a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente e a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude realizadas.	1
		21. Realizar curso para os conselheiros tutelares sobre violência sexual contra crianças e adolescentes	Curso realizado em 12/06/2017. Total de conselheiros tutelares capacitados: 70.	1
	Fiscalizar os serviços de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual	22. Acompanhar as atividades do Centro de Referência 18 de Maio por meio de reuniões e inspeções.	Iniciadas tratativas para a construção de um protocolo de encaminhamento dos casos de violência sexual contra crianças e adolescente.	1
Políticas públicas fiscalizadas e asseguradas	Produzir e disseminar dados, estudos e pesquisas sobre os temas relativos à CNDH	23. Divulgar a estatística institucional acerca dos casos relacionados aos temas dos três núcleos.	Estatística elaborada e divulgada na página do MPDFT na internet.	1
		24. Realizar, em parceria com a ANIS – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, pesquisa para descrever o percurso policial e judicial da violência doméstica e familiar que teve como desfecho a morte da mulher.	Material de pesquisa selecionado e projeto de pesquisa apresentado à Escola Superior do Ministério Público.	1
		25. Articular, junto à Corregedoria-Geral, medidas para aperfeiçoar o cadastramento das informações nos casos de violência doméstica e feminicídio.	Reunião realizada com os chefes de divisão das Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar.	1
		26. Mapear a situação da população de refugiados no DF e fomentar políticas públicas voltadas para a proteção aos direitos humanos dos refugiados no DF.	PA nº 08190.168543/17-11 instaurado para acompanhar as demandas relativas à população imigrante e refugiada no DF.	1

Planejamento Estratégico do MPDFT 2010-2020
Desdobramento da Estratégia
Painel de Contribuição - Resultados de 2017

	Fiscalizar os serviços oferecidos à mulher em situação de violência doméstica e familiar	27. Acompanhar a política de abrigamento de mulheres vítimas de violência (Casa Abrigo) por meio de inspeções e reuniões.	Inspeção realizada em 08/06/2017, restando comprovada a melhoria do equipamento, em termos de infraestrutura e serviços.	1
		28. Acompanhar o trabalho do MPDFT na Casa da Mulher Brasileira do Distrito Federal e disponibilizar materiais informativos para as mulheres atendidas no local.	Participação nas reuniões do conselho consultivo e elaboração do regimento interno da Casa da Mulher Brasileira.	1
Desenvolver maior integração entre o MPDFT e órgãos estratégicos	Ampliar e fortalecer a rede de parcerias de cada um dos núcleos da CNDH	29. Participar das reuniões de rede.	Maior interação entre o MPDFT e os parceiros da rede de atendimento à mulher. Ação conjunta para divulgação da Lei Maria da Penha na Rodoviária do Plano Piloto em 22/08/2017. Palestra "Aspectos Legais da Violência Institucional", ministrada aos parceiros da rede em 06/10/2017.	1
		30. Participar das reuniões mensais do Fórum Permanente de Discussão sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, criado em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher – NEPEM/UnB.	Proposta de realização de seminário sobre a implementação da justiça restaurativa nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.	1
		31. Mapear o trabalho do MPDFT junto às redes de atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar.	Projeto elaborado em parceria com a Secretarias de Comunicação Social, Planejamento e Psicossocial.	1
	Ampliar os canais de comunicação com a sociedade civil	32. Realizar audiência pública.	Audiência pública para discutir a prática comercial de diferenciação no valor dos ingressos para o público feminino e masculino no setor de entretenimento, realizada em 27/09/2017.	1
Aprimorar comunicação interna	Difundir as atribuições da CNDH para as demais unidades do MPDFT.	33. Divulgar as atividades, materiais didáticos e cartilhas educativas relativas aos temas da CNDH por meio de página no Facebook.	As atividades e os materiais divulgados alcançaram um maior número de pessoas. Atualmente a página tem 1165 seguidores.	1
		34. Publicar livro sobre as denúncias de racismo e injúria qualificada oferecidas pelo MPDFT desde a criação do Núcleo de Enfrentamento à Discriminação).	Obra "Acusações de racismo na capital da República" lançada em 13/06/2017.	1
		35. Atualizar a página dos núcleos na intranet do MPDFT.	Informações disponíveis e trabalho divulgado na intranet e na imprensa local.	1

**Planejamento Estratégico do MPDFT 2010-2020
Desdobramento da Estratégia
Painel de Contribuição - Resultados de 2017**

Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes	Promover cursos de capacitação e palestras sobre temas relativos à CNDH	36. Realizar palestras e cursos de capacitação sobre violência doméstica e familiar contra a mulher e/ou igualdade de gênero.	1. Seminário sobre a cultura do estupro, realizado em 10/03/2017; 2. Palestra "A dimensão simbólica da violência de gênero", realizada em 24/03/2017; 3. I Encontro MPDFT e Movimentos Sociais de Mulheres, realizado em 06/12/2017.	1
		37. Realizar o II Encontro Temático sobre o enfrentamento ao tráfico de seres humanos.	Iniciativa não realizada.	0
		38. Realizar evento sobre tema relativo ao Núcleo de Enfrentamento à Discriminação.	Curso "Atuação do Ministério Público no enfrentamento às discriminações", realizado nos dias 8, 9 e 10/11, em parceria com a ESMPU.	1
Total de Ações		38	31	81,50%

Resultado de destaque
<p>O Núcleo de Gênero Pró-Mulher (NG/CNDH) realizou, no dia 06 de dezembro de 2017, o "1º Encontro MPDFT e Movimentos Sociais de Mulheres. A atividade teve como objetivo discutir a violência contra as mulheres sob uma perspectiva interseccional de análise, bem como identificar demandas e estabelecer metas institucionais para o ano de 2018 por meio de um diálogo aberto, transparente e colaborativo com os movimentos sociais que atuam na defesa dos direitos das mulheres. Participaram do encontro organizações da sociedade civil, lideranças de movimentos sociais, conselhos de direitos, representantes de órgãos públicos, além de especialistas no tema. Após a palestra de abertura, o público apresentou demandas ao Ministério Público e compartilhou experiências, projetos e boas práticas. O evento atende a recomendação do Conselho Nacional do Ministério Público no sentido de que as unidades do Ministério Público brasileiro realizem encontros com os movimentos sociais (Recomendação nº 61/2017 - CNMP). O encontro contribuiu para aproximar o Ministério Público das demandas da sociedade, auxiliando no cumprimento da missão constitucional do Órgão no plano da proteção e da efetivação dos direitos e das garantias fundamentais.</p>